

## ENTRE O ESCONDERIJO DO PRIVILÉGIO E A BLINDAGEM RACIAL DE BRANCOS E NEGROS

BETWEEN THE PRIVILEGE HIDING PLACE AND THE RACIAL SHIELDING OF WHITE  
AND BLACK PEOPLE

Sérgio Pereira dos Santos<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0003-1218-214X>

Emerson Ferreira Rocha<sup>2</sup>

<https://orcid.org/0000-0001-8007-367X>

### Resumo:

O presente artigo analisa narrativas de vida sobre trajetórias de sujeitos/as brancos/as e negros/as em carreiras de prestígio de diversas épocas e instituições do país. A problemática diz respeito à intensificação do racismo e da branquitude nos processos constitutivos das identidades negras e brancas nas trajetórias em carreiras de prestígios sociais. O estudo se constitui como mecanismo de compreensão mais ampla das dimensões do racismo e da branquitude, de maneira que tais problemáticas sejam enfrentadas em suas verdadeiras faces, tendo a educação como instrumento político-pedagógico-científico de transformação das estruturas raciais produtoras das desigualdades e dos privilégios raciais. A investigação se alicerça numa pesquisa qualitativa de perspectiva etnossociológica, tendo as narrativas de vida como princípio direcionador da coleta de dados. Aponta-se para a importância da educação antirracista como processo formativo no combate às mentalidades e práticas racializadas, seja em nível micro, seja em nível macro. Indica-se a relevância do *continuum* das ações afirmativas para a população negra e a participação ativa e crítica da população branca ao se reconhecer privilegiada na luta antirracista.

**Palavras-chave:** negritude; branquitude; carreiras de prestígio; narrativas de vida.

### Abstract:

The current article analyzes life narratives related to the path of white and black individuals in prestigious careers within several periods and the country's institutions. The discussion is about the racism intensification and the whiteness in the constitutive processes of black and white identities regarding their path in social prestigious careers. The study is constituted as a mechanism of broader comprehension of the racism and whiteness dimensions in a way that such issues are confronted in their real faces, considering education as a political-pedagogical-scientific instrument of transformation of racial structures that produce inequalities and racial privileges. The investigation is founded on qualitative research that has an ethnosociological perspective

<sup>1</sup> Professor Adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

<sup>2</sup> Professor Adjunto do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB).

and their life narratives as a guiding principle of data collection. It stands out the importance of an antiracist education as a formation process in the combat of racialized mentalities and practices, in micro and macro levels. The study indicates the relevance of *continuum* with the affirmative actions for the black population and the active and critical participation of the white population when they are acknowledged as privileged in the fight against racism.

**Keywords:** negritude; whiteness; prestigious careers; life narratives.

## INTRODUÇÃO

*Contra os ataques é possível nos defendermos: contra o elogio não se pode fazer nada.* (Sigmund Freud).

As formas socialmente eficazes de classificação racial operam tanto no plano estrutural da produção de desigualdades no acesso a recursos escassos quanto no plano cultural da formação das identidades. Portanto, o uso da categoria raça se faz necessário como instrumento analítico para a compreensão das tomadas de posição (harmônicas, conflituosas, negociadas) entre portadores/as de distintas marcas raciais, localizados/as em diferentes posições nas estruturas de distribuição de poder, produtoras, a um só tempo, de desvantagens e de privilégios raciais.

Assim, este artigo, a partir de alguns dados de uma pesquisa<sup>3</sup> em andamento de estágio pós-doutoral em Sociologia na UnB<sup>4</sup>, objetiva analisar e problematizar narrativas de brancos/as e negros/as em carreiras de prestígio sobre suas próprias trajetórias de vida. Para isso, como procedimento metodológico, nos alicerçamos numa pesquisa qualitativa de perspectiva etnossociológica, tendo as narrativas de vida como princípio direcionador da coleta de dados.

Assim, como fator de relevância social, estudos e pesquisas que dão direção a este artigo constituem mecanismos de compreensão mais ampla das dimensões do racismo e da branquitude, de maneira que tais problemáticas sejam enfrentadas em suas verdadeiras faces. E a educação, nesse enfrentamento político-pedagógico-científico, transforma-se num instrumento profícuo de questionamento e de transformação das estruturas raciais produtoras das desigualdades e privilégios raciais.

Além desta introdução e das considerações finais, o presente artigo está estruturado em duas partes. Na primeira, caracterizamos certas categorias teórico-políticas, como negritude e branquitude, retomando estudos para dar suporte à compreensão das dimensões das narrativas de vida de brancos/as e de negros/as em carreiras de prestígio social. Na segunda, abordamos os procedimentos metodológicos utilizados, assim como indicações e interpretações de determinadas narrativas de vida selecionadas.

<sup>3</sup> A pesquisa foi em parte financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e teve o apoio do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD-AM).

<sup>4</sup> Os dados das narrativas de vida foram coletados entre os meses de abril a julho de 2022. O período de duração da pesquisa constitui de março de 2022 a fevereiro de 2023.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Para pensarmos as dimensões das narrativas de vida de brancos/as e de negros/as em suas carreiras de prestígio social, tornam-se relevantes apontamentos e caracterizações de certas categorias teórico-políticas, retomando estudos referentes à temática aqui discutida. Isso posto, neste tópico, enfocamos a negritude e a branquitude por meio de determinados estudos para entendermos a ascensão de negros/as e de brancos/as em carreiras de prestígio no contexto das relações raciais.

Para articular o plano socioestrutural ao plano político, no que tange às relações raciais no Brasil, é pertinente considerar as desigualdades raciais (a distribuição desigual de desvantagens e de privilégios) como fator que contextualiza as lutas por reconhecimento de identidades e de direitos. No Brasil, do século XVI ao XX, as categorias referentes às identidades negras e brancas são produzidas e influenciadas pelo processo escravista, pelas políticas eugênicas e do branqueamento, como também pela envergadura ideológica da concepção de democracia racial inserida na fundação da nacionalidade brasileira, ora negadora de uma negritude, ora defensora de uma mestiçagem facilitadora da branquitude. Nesse contexto, o que seriam, então, a negritude e a branquitude?

No conceito de identidade, como nos indica Barth (2011), está pressuposto o entendimento da ordem das fronteiras estabelecidas entre os grupos sociais. Então, a identidade deve ser compreendida como construção social que se elabora num processo simultâneo de contato e diferenciação de um grupo em relação aos demais. Nesse rumo, ela é uma forma de categorização utilizada pelos grupos sociais para a organização de suas trocas e interações de maneira geral. Portanto, torna-se importante a identificação de traços culturais ou “sinais diacríticos”<sup>5</sup>, que são utilizados pelos membros do grupo com o fito de afirmação e de manutenção de processos de distinção cultural. Esses traços culturais e identitários são dinâmicos e mutáveis, não se reificando na fórmula “negro, necessariamente, é assim, branco, *idem*”. A identidade é um processo que está em constante progressão e transformação. O sujeito não está preso a uma única identidade ao longo da vida. Ele transita, constantemente, por meio de múltiplas identidades, que se caracterizam por serem instáveis, processuais e, frequentemente, efêmeras (HALL, 2008).

Segundo Munanga (2009), a ideia de negritude, preliminarmente, pode ser pensada a partir de uma perspectiva de construção da identidade negra no contexto da diáspora e, também, como conceito e movimento ideológico. Nessa conceituação, a negritude pode abranger uma linha de ação mitológica, passando pela ancestralidade, no retorno às origens e na busca de um passado comum, mas também pela estratégia de resistência, contrapondo-se ao processo histórico de dominação colonial e de discriminação racial pelo qual viveram boa parte de negros/as colonizados/as, em especial, no Brasil. O autor ressalta que a negritude perpassa os planos biológico e psicológico, percorrendo, ainda, o plano das posições ocupadas pelas pessoas na estrutura social, definindo-se pela valorização de práticas culturais tradicionais e pela forma como essas práticas passam a ser consideradas e a terem seu espaço garantido nas relações sociais, inclusive, nas de mercado.

---

<sup>5</sup> Sinais diacríticos são atributos selecionados a partir do complexo cultural do/a sujeito/a, como religião, política, economia, artes, visão de mundo, *etc.* (BARTH, 2011).

Entendemos que as identidades raciais (negritudes e branquitudes) formam-se sobre o pano de fundo de uma estrutura social de desigualdades. Assim, embora estruturalmente situados, os processos de formação de identidades são dinâmicos e abertos a contingências. Os processos de formação de identidades são centrais no campo das disputas políticas sobre privilégios e desvantagens produzidos e perpetuados a partir da discriminação racial.

Assim, indo na contramão do “silêncio” e “esquecimento” da branquitude como categoria analítica e dos efeitos estratégicos dos modos como as pessoas brancas compreendem e manejam suas identidades e localizações raciais, esse texto aborda não apenas a narrativa de vida de pessoas negras em posições de prestígio social, mas também as narrativas de seus pares brancos. As emergentes pesquisas sobre branquitude destacam algumas conclusões que são discutidas neste trabalho, à luz dos achados empíricos. De forma geral, a branquitude encerra uma posição estrutural confortável de privilégios na qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo (FRANKENBERG, 2004). A branquitude envolve uma constelação heterogênea de tomadas de posição, principalmente aquelas articuladas com o mascaramento, com a ocultação, com a transfiguração e com o sigilo, por um lado, e aquelas articuladas com a visibilidade, com o se fazer visível, notável e reconhecido, por outro. São indicações de que é por meio da interação entre visibilidade e invisibilidade que emerge toda a sorte de paradoxos e complexidades na constituição dos/sujeitos/as brancos/as em todas as situações sociais (NUTTALL, 2004).

#### **“ENTRE ‘ESCONDERIJOS’, ‘BLINDAGENS’ E ‘ESCÂNDALOS’”: NARRATIVAS DE VIDA**

Consideramos a problemática da intensificação do racismo nos processos de afirmação e negação das identidades negras, assim como a dimensão da branquitude nos processos de afirmação e negação das identidades brancas nas trajetórias de negros/as e brancos, levando em conta aspectos ligados à família, à escolarização, ao trabalho e às sociabilidades diversas.

A produção de narrativas de vida por meio de entrevistas semiestruturadas, assim como sua análise, tiveram por bases as premissas básicas de pesquisas qualitativas de caráter compreensivo (BEAUD; WEBER, 2010; YIN, 2016). O foco das entrevistas, assim como da análise das degravações, foi a compreensão dos significados que os entrevistados produziam sobre suas experiências de vida, assim como daquilo que, mediante suas narrativas, se poderia entender sobre suas condições objetivas de existência social. Em outras palavras, a estratégia de pesquisa se desdobra em dois planos. Um plano factual, em que se procura obter, pelas entrevistas, informações objetivas sobre as condições de vida durante a infância, a trajetória escolar, as condições socioeconômicas e outras circunstâncias e eventos relevantes na vida das pessoas. Por outro lado, um plano mais projetivo, em que se procura depreender o que esses fatos representam do ponto de vista da experiência dos sujeitos entrevistados.

O protocolo de entrevistas estruturou-se em seis tópicos: vida familiar e origem social; trajetória educacional; trabalho e vida econômica; percepções sobre discriminação racial, identidade, negritude e branquitude; relações afetivas, sociabilidade, lazer e consumo; segurança pública e relações raciais. As entrevistas foram semiestruturadas: o protocolo trazia uma série de questões possíveis de serem usadas para trabalhar cada tópico, mas o foco estava em estabelecer um fluxo de conversação aberto e flexível, maximizando a reflexividade das entrevistas. Assim, questões previstas no protocolo podiam ou não ser usadas, a depender do fluxo da entrevista, bem

como novas questões podiam surgir no fluxo da interação. O protocolo, contudo, permanecia como elemento direcionador para a interação com o entrevistado. Destacamos que ele contemplou, num primeiro momento da entrevista, um questionário fechado, contendo pontos para que os/as sujeitos respondessem, como o nome completo, idade, origem, estado civil, profissão, curso de graduação, ano de formatura e cor/raça, em que se pergunta ao entrevistado/a sua declaração étnico-racial. Finalmente, uma característica importante desse tipo de metodologia é que, nele, os instrumentos de pesquisa se confundem, em diferentes graus, com o próprio pesquisador, que, na verdade, assimila os protocolos de pesquisa como critérios de orientação prática para suas interações em campo (BEAUD; WEBER, 2010).

Assim, a consulta a qualquer versão impressa do protocolo de entrevista foi evitada ao máximo durante a condução das entrevistas. Indo nessa esteira da compreensão dos significados da vida das pessoas na realidade social, a perspectiva etnossociológica (BERTAUX, 2010), também nos ajuda a estudar um fragmento particular da realidade social e histórica constituído por um objeto social. Ela permite a compreensão de como esse objeto funciona e se transforma, evidenciando as configurações de relações sociais, os mecanismos, os processos e as lógicas de ação que o caracterizam. As narrativas de vida, como uma forma particular de entrevista na qual o pesquisador solicita a um/uma sujeito/a de pesquisa que lhe conte toda ou uma parte de sua experiência vivida, constituem-se numa descrição próxima da história “realmente vivida”, tanto objetiva quanto subjetivamente. Assim, a perspectiva etnossociológica de pesquisa leva a orientar as narrativas de vida para uma forma de *narrativas de prática em situação*, considerando a ideia central de que a partir das práticas pode-se começar a compreender contextos sociais nos quais elas se inscrevem e que elas contribuem, seja para reproduzir, seja para transformar (BERTAUX, 2010).

## NARRATIVAS DE VIDA DE NEGROS/AS E BRANCOS/AS

A seguir, são evidenciadas e analisadas seis narrativas de vida de profissionais negros/as e brancos/as formados/as em cursos ou de áreas como Engenharia Elétrica (Edith Clarke<sup>6</sup>), Direito (Mary Aguiar), Arquitetura e Urbanismo (Sharon Sutton e Oscar Niemeyer), Medicina (Thelma Assis) e Ciências Humanas e Sociais (Margaret Thatcher), que foram entrevistados/as sobre aspectos e momentos relevantes de suas trajetórias.

Apresentamos, no que segue, a primeira narrativa de vida de Edith, engenheira eletricista, que narra sua experiência de entendimento de vivência racial, em especial com a branquitude, em sua trajetória, seja na universidade, seja no mercado de trabalho. Assim ela narra:

Essa parte étnica como ela nunca me prejudicou, nunca foi importante pra mim. Hoje vejo isso, né, como branca privilegiada, eu não me defino como branca, mas o povo me define. Como uma pessoa privilegiada, por nunca ter sido discriminada etnicamente, a etnia nunca foi importante nesse ponto. Mas é elitizado [o curso de Engenharia Elétrica na época da graduação], porque as pessoas tinham dinheiro, e a gente sabe que quem tem dinheiro no Brasil é branco, né?! Olha, os privilégios hoje em dia são escondidos, né? Então, a gente muitas vezes não sabe, porque usam-se critérios muito bem definidos e objetivos, mas no momento em que você tem qualquer subjetividade, a gente não consegue saber exatamente o

<sup>6</sup> Os nomes dos/as sujeitos/as são fictícios e escolhidos tendo como critério nomes de algumas personalidades negras e brancas nas áreas de Engenharia Elétrica, Direito, Arquitetura e Urbanismo e Ciências Humanas e Sociais.

quê que foi aplicado ali e a gente não consegue saber muito bem. Numa empresa pequenininha que trabalhei seis meses, só que foi um pé de meia para eu poder ir pro mestrado, teve situação de privilégio, por quê? Porque um dos caras que trabalhavam lá, o pai dele era muito amigo do dono. Então, a gente dizia que ele podia fazer todas as nabas<sup>7</sup> possíveis e inimagináveis e o chefe nunca ia demitir ele. Não era um privilégio por ele ser branco, mas, coincidentemente, ele era branco, né?, engraçado isso! Coincidência... [risos], enfim... (*Edith Clarke*, *Raça Não Informada*, Engenharia Elétrica).

Edith evidencia, em sua narrativa de vida, a ausência de um entendimento e olhar para a questão étnico-racial, haja vista não ser importante para si do ponto de vista do racismo e de suas consequências, em decorrência de sua marcação não muito definida como pessoa branca privilegiada.

Ademais, em paralelo à ideia de Edith de que não consegue saber exatamente o que fora aplicado em termos de critérios em situações em que há a efetivação de vantagens raciais para brancos/as, como o caso narrado por ela, para além de uma explicação de processos subjetivos racializados, há também a concretização certa do racismo institucional. Sendo assim, ele se caracteriza como uma organização ou estrutura social que cria um fato social racial hierárquico a partir de um estigma visível, identidades incorporadas e geografias sociais. Como consequência de sua execução, é engano pensar que ações ou atos, para serem considerados racializados, precisam ocorrer, necessariamente, de forma intencional (AMAR, 2005). Daí a “dificuldade” ou a “dúvida” no entendimento de Edith sobre a existência do privilégio racial.

Edith evidencia uma ambiguidade na sua autoidentificação racial, pois, num primeiro momento, se mostra como “branca privilegiada”, portadora de benefícios raciais; já em outro momento, não se identifica como tal para o pesquisador, ao pedir que ele coloque no questionário “raça não informada” em sua classificação racial, mesmo tendo características fenotípicas brancas, já que “não me defino como branca”, pois é “o povo [que] me define.” Por conseguinte, Edith apresenta duas dimensões da branquitude. A primeira seria uma branquitude não nomeada (PIZA, 2002), já que “eu não me defino como branca”, principalmente quando isso a privilegia. Portanto, ao não se definir como tal, tira a responsabilidade do privilégio racial de si mesma, deslocando para o “povo que a define”. A segunda constitui uma branquitude marcada (FRANKENBERG, 2004), quando apresenta a noção de seu privilégio racial como branca, pois, conforme a depoente, “nunca fui discriminada etnicamente.” Assim, o jogo da identidade racial de Edith expresso em sua narrativa de vida depende dos interesses e negociações dela que estão em jogo, pois sua branquitude não foi anunciada de um lado, mas, de outro, foi tornada visível, racializada.

Em outro espectro, ainda evidenciamos que quando faz o jogo do deslocamento identitário da branquitude, colocando-se num no lugar de não branca, ela se aporta às sombras de um vampiro, perfazendo aquilo que Cardoso (2020) denominou “branco drácula”. Então, como uma vampira que se esconde, ela não suporta a luz, não suporta ser focalizada, iluminada, “encarada” de frente e olhada nos olhos. Edith, como uma “vampira”, se organiza como uma branca que pouco narra ou simplesmente não fala a respeito de si, a ponto de indicar que os privilégios raciais são escondidos, principalmente os dos outros, ou de identificar uma “coincidência” de maneira

<sup>7</sup> Na linguagem popular, nabas significa lambanças, algo desastroso, feito equivocadamente.

disfarçada e jocosa acerca de um privilégio racial de um homem branco que teve prerrogativa racial de fazer qualquer “naba” possível e inimaginável numa empresa onde trabalhavam.

Adiante, mesmo evidenciando aspectos que nos fazem voltar a trechos da narrativa de vida de Edith, explicitamos Mary, negra e advogada, que narra aspectos de sua trajetória de vida ligados às questões raciais, em especial a relação de racismo com ascensão social, passando mais especificamente a temas ligados à experiência de discriminação no mundo do trabalho:

Pela questão racial, a gente sabe que é mais difícil, e foi um dos motivos que eu desisti de procurar emprego como advogada, porque não aguentava mais ouvir as mesmas perguntas. Olha, eu passei por uma entrevista num escritório bem famoso aqui em Brasília, no Lago Sul, por exemplo, que a primeira pergunta foi de quem era o carro que eu tinha chegado, porque têm câmeras, né, na entrada do escritório. Naquela época eu estava com um carro do ano, era um *Voyage* preto, com a porta Sedan. E a primeira pergunta não foi nem qual seu nome, mas a preocupação foi de quem era o carro, e o carro era meu. Trabalhei muitos anos num escritório de advocacia antes de eu me formar, né? Comecei a trabalhar no escritório até mesmo antes de eu querer fazer Direito, trabalhei seis anos. E aí, eu juntei dinheiro, né? E casei, a gente conseguiu comprar um carro. E a preocupação deles era: “e esse carro, é seu?” Tipo assim: “a pessoa vem para uma entrevista de emprego, né, e já vem com o carro do ano?” Então, assim, saltou aos olhos deles. Foi muito constrangedor, né? Você ter que contar a sua história íntima para justificar o carro que você estava chegando. E, em contrapartida, existem estagiários [brancos] nesses próprios escritórios que chegam de carro BMW, porque o pai é rico. Ninguém pergunta pra ele: “quem te deu o carro, né?” Então, assim, foi um dos motivos que foi me cansando! Em um [escritório] tinha essa pergunta, no outro, você era boa demais para o cargo, né, que foi uma entrevista lá no Lago Norte: “Não, porque você se encaixa e ultrapassa o cargo”. Não sei o quê e tananá... E aí essas coisas foram cansando, sabe? Ah, gente, quer saber? Trabalhar eu sei, e foi aí que eu decidi trabalhar sozinha, virar autônoma mesmo e comecei a trabalhar num escritório próprio. (*Mary Aguiar, Negra, Direito*).

Sobre esse pré-julgamento a que Mary foi submetida numa entrevista de emprego na área advocatícia acerca de seu carro, entendemos, dentro das lógicas das relações raciais brasileiras, o veículo como elemento de suspeição para uma advogada negra, haja vista que, provavelmente, estavam duvidando e preocupados acerca da capacidade dela de poupar e investir na referida aquisição. Como consequência, isso estrutura a naturalização dos lugares ditos nobres e de acesso aos recursos materiais gerados pela branquitude, considerando a preocupação e uma espécie de “medo branco”: “esse carro é seu?” Assim, o racismo tem um poder específico de elaborar e formar juízos de valores atrelados à suspeição até mesmo da capacidade de negros/as de investirem em sua formação acadêmica e na aquisição de bens, principalmente duráveis, como um *Voyage Sedan*. Aqui identificamos uma fixidez do lugar social da mulher negra nas relações raciais, indo ao encontro do que Lélia Gonzalez (1983) analisa acerca desse lugar social. Para ela, o lugar social da mulher negra, desde as relações escravistas do período colonial, foi pensado apenas como: “doméstica” para trabalhos braçais; “ama-de-leite” para amamentar os filhos dos/as senhores/as escravistas; e “mulata” enquanto objeto sexual.

A desconfiança, bem como a ausência de validade social e de “perfil” para assumir um cargo como advogada decorrem da imagem coletiva racializada acerca da população negra confinada e imobilizada em áreas sociais precarizadas, subalternas e pouco valorizadas,

perfazendo a máxima da racialização que seja a associação automática dos fenótipos raciais às características morais, psicológicas etc. (TODOROV, 1993). Assim, fica evidente que, em razão dessa racialização produtora das desigualdades raciais, em muitos casos, os/as negros/as sofrem discriminação racial e racismo em todas as classes sociais, inclusive como advogados/as ou qualquer cargo ou função na área jurídica.

Ao evidenciar aspectos de sua trajetória ligados à relação da raça com a família, à escolarização e ao trabalho, aproximando-se em algumas questões da narrativa de vida da advogada Mary, Sharon mostra as contradições e os efeitos do racismo na constituição de sua identidade negra e de sua amiga negra. Segundo ela:

Por a gente ter uma blindagem, no colégio, né, da classe social, eu não sofria ataques diretos. Obviamente que tinha essa questão do racismo, da identidade, de você não se identificar com o seu cabelo, com a sua estética, existia isso! Mas, a gente foi bem preparada, entendeu? Eu não tenho grandes traumas em relação a isso. Eu não posso afirmar que foi um problema, meus pais me prepararam muito. Minha mãe por ser branca e saber que iam nos atacar, meu pai por ser negro e ter tido uma formação. Depois, na universidade, eu entrei antes das cotas, aí logo, dois anos depois, quando foi instaurado as cotas, eu tive uma amiga negra, lá de Santo Antônio de Leverger<sup>8</sup>, que fez Arquitetura. Ela, tipo, me contava as coisas que ela passou, né, porque, eu sempre fui esclarecida em relação ao racismo estrutural que existe no Brasil, as diferenças de oportunidades, tudo isso sempre foi muito claro. Mas ela me contava situações que ela viveu na vida dela que eu ficava assim emocionalmente até desestabilizada, entendeu? Porque ela foi muito mais agredida por ela ser de uma classe pobre, entendeu? Em todos os aspectos, porque a mãe dela era empregada doméstica, levava ela pra onde ia trabalhar, ela sofria assédio sexual. Então, assim, aconteceu coisas muito graves! E teve até um dia que ela foi no meu prédio e o porteiro pediu para ela subir pelo elevador de serviço, tipo, naquele período, ah, eu descí, fiz um maior escândalo. O preconceito vai existir independente de classe social, ele existe, né? Ele é estrutural, você enfrenta isso no dia a dia. Hoje, no mercado de trabalho, eu vejo isso muito mais do que na minha infância, mas eu acho que realmente, quando você é mulher, negra e pobre, e, se você, tipo, estiver com sobrepeso, gorda, ixi... será muito mais agressivo, será o ápice da agressão (*Sharon Sutton, Negra, Arquitetura e Urbanismo*).

Para Sharon, arquiteta negra, o fato de ser de classe média alta e ter estudado em escolas de padrão considerável favoreceu que tivesse “uma blindagem” perante o racismo, mesmo existindo problemas raciais em decorrência de sua forma de lidar com aspectos de sua identidade, como cabelo e estética. Aqui, há uma afirmação dogmática pela excelência da branquitude com a consequente degradação estética da cor preta, haja vista ser esta um dos suportes psicológicos da espoliação racial (RAMOS, 1995).

Mesmo com isso, Sharon aponta que sempre foi “esclarecida em relação ao racismo”, desde a infância, tendo em vista a formação dada por seus pais para enfrentá-lo. Essa formação permitia que ela estivesse preparada para isso, seja pelo fato de a mãe ser branca (de ter o poder da branquitude), seja pelo pai ter formação acadêmica e condições materiais concretas. Não obstante,

<sup>8</sup> Município brasileiro da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá, pertencente ao Estado de Mato Grosso, localizado na Região Centro-Oeste do Brasil.

ela destaca que percebe a interferência maior do racismo no mercado de trabalho, como apontado também na narrativa de vida de Mary, anteriormente.

Assim, entendemos que o racismo desestabiliza emocionalmente as pessoas negras visando dominá-las pelo rebaixamento de sua autoestima, o que reverbera, em muitos casos, em incômodos, insatisfações ou até em desistências de postos conquistados. Portanto, é necessário ser, antes de tudo, forte, enfrentar os desafios, visto que esse racismo, que Sharon está chamando de estrutural, pretende construir o fracasso profissional do/a negro/a no mercado de trabalho e, conseqüentemente, impedi-lo/a de ascender socialmente. Não obstante, é necessário destacar que, às vezes, ser forte para provar e mostrar o seu “valor”, para o/a negro/a, representa tornar-se um/a verdadeiro/a “super-negro/a”, já que tem que provar muito mais vezes que o/a branco/a, por exemplo, que é capaz de ocupar, merecer e exercer algum cargo de prestígio social (ANDREWS, 1998).

A “blindagem” de Sharon contra o racismo, configurada pelo apoio familiar e pelos atributos de classe e de *status* decorrentes de sua formação acadêmica, que a permitiu não “sofrer ataques diretos” ou não ter “grandes traumas”, *a priori*, se constitui, única e exclusivamente, num revestimento protetor e resistente antirracista, mesmo ponderando que “o preconceito [racial] vai existir independente de classe social”, já que “ele é estrutural e você enfrenta-o no dia a dia.” Mas, *a posteriori*, ao se aprofundar no áudio completo da narrativa de vida dela, trazendo toda a semântica e a tecitura de suas experiências com o racismo, inseridas em parte na transcrição antes apresentada, percebemos que, de um revestimento protetor e resistente, essa blindagem racial tem uma faceta de *termômetro racial* que permite um maior entendimento das variações e dos graus do racismo na condução da vida dela, tanto para senti-lo (“fiquei emocionalmente desestabilizada”), detectá-lo e enfrentá-lo (“desci e fiz um maior escândalo”), quanto para negá-lo (“não posso afirmar que foi um problema”).

Narrando aspectos de sua trajetória de vida, que dialogam em muitos casos com as narrativas de vida da advogada Mary e da arquiteta Sharon, a médica negra Thelma evidencia, com riqueza de detalhes, as várias facetas de sua identidade negra no contexto das relações raciais brasileiras, abordando aspectos ligados à família, à escola, ao trabalho e às sociabilidades diversas.

Eu acho esses conceitos todos muito confusos, né? Quando eu era bem mais nova diziam que eu era parda, porque a minha mãe é branca e o meu pai é negro. Então, não posso ser considerada negra [risos]. Só que eu vejo que sempre fui considerada negra nos ambientes que frequento. Porque eu vivi em ambiente branco na minha vida toda, né? [...] Porque, nesses ambientes, eu não era parda. Parda era uma pessoa que era morena de pele mais escura, né? Eu sempre me destaquei nos ambientes como não branca, né, aí não dá para disfarçar que eu não sou negra num ambiente só de brancos. [Mas], na verdade, sempre foi uma coisa muito velada, que não é uma coisa de alguém me impedir de eu entrar em algum ambiente. Era mais a maneira de tratar, de ser visto, a maneira quando você chega. Por exemplo, [risos] depois que eu já tinha formado e acabado a minha residência, fui na concessionária comprar um carro, aí cheguei lá, eu falei: olha, eu queria comprar, eu vim ver as possibilidades de tal carro. A mulher virou para mim e falou: “entra no site da empresa que tem”. Esse tipo de tratamento que a pessoa olha para você: “ah, essa pessoa não deve ter dinheiro para poder estar aqui para comprar alguma coisa, né?” Eu falei obrigada e fui embora, entrei em outra concessionária e comprei outro carro que não era esse que eu esperava. Na infância, lembro que você chegava numa sala de aula, quando as pessoas iam se

juntando para formar as amigas, nunca era comigo. Dava para perceber que as crianças viam uma diferença. Quando passava alguns dias, ia conversando, vendo e acabava que as coisas iam acontecendo e a gente se integrava, né? (*Thelma Assis, Negra, Medicina*).

Thelma aponta as complexidades de suas classificações raciais em diversos ambientes e situações. Descreve que a vida toda viveu num mundo branco e que as pessoas da mesma cor que ela, com quem conviveu, sempre foram as da sua família. Aponta também que quando mais nova classificavam-na como parda em decorrência da mistura de seu pai negro com sua mãe branca. Todavia, nos ambientes sociais vinculados ao “mundo branco”, era vista como não branca, já que não dava “para disfarçar que eu não sou negra.”

Thelma também chama a atenção que essa identificação como negra nos espaços sociais brancos se dava, sobretudo, por uma via racial velada, desvinculando-se de qualquer impedimento “direto” para sua inserção em algum ambiente. O racismo velado foi exemplificado por ela em duas situações. A primeira ocorreu quando a médica foi comprar um carro na concessionária, em que a vendedora solicitou que ela verificasse a informação do veículo no *site* da empresa. A segunda foi quando ela percebia que, quando aluna no período da infância, sempre era “esquecida” na formação das primeiras amigas na escola, enfim, nunca era chamada para relações de socialização, num primeiro momento. Considerando as duas situações, mesmo pertencendo a uma classe social economicamente mais elevada, as marcas raciais negras de Thelma colocam-na em confronto com o racismo e a branquitude. Assim, há que se considerar que, no Brasil, a experiência com o racismo, “varia com a intensidade das marcas e com a maior ou menor facilidade que tenha o indivíduo de contrabalançá-las pela exibição de outras características ou condições – beleza, elegância, talento, polidez etc.” (NOGUEIRA, 2006, p. 302). Desse modo, na concessionária, ficou evidente o poder do racismo e da ausência da branquitude sobre sua identidade racial. No seio familiar, as pessoas colocaram-na como parda, mas ela percebia que era considerada negra desde a infância, quando, por exemplo, as crianças viam-na com diferença.

O racismo velado, que se caracteriza como “frio, reservado e indireto”, diferente do racismo flagrante, que “é violento, tacaño e direto”, (PETTIGREW; MEERTENS, 1995, p. 112), fez com que Thelma fosse em outra concessionária. Isso foi a consequência de a vendedora tê-la “expulsada” de lá, já que não concebia, de alguma forma, que a médica tinha potencial econômico e simbólico para possuir um carro. Esse racismo velado, muito característico da sociedade brasileira, baseado no mito da democracia racial, nada mais é do que a efetivação do racismo institucional, como já apontou Amar (2005). Colocando as coisas em seus devidos lugares na lógica racial brasileira, trata-se do entendimento do preconceito de raça como sentido de posição de grupo, que é o fulcro da relação do grupo dominante com o subordinado. Tal sentido fornece ao grupo dominante (ao branco) o enquadramento de sua percepção, sua medida de julgamento, os seus padrões de sensibilidade e as suas inclinações emocionais (BLUMER, 2013). Enfim, que o/a negro/a fique em seu lugar: “entra no *site* da empresa que tem o veículo!” Essa situação é similar à narrada pela advogada Mary, e aqui voltamos ao potencial cavalariço do racismo de colocar em xeque a capacidade de uma mulher negra de ter condições econômicas e simbólicas de adquirir um bem, considerado pelos racistas como exclusivo de brancos/as.

Margaret, branca, profissional na área de Ciências Humanas e Sociais, traz aspectos ligados às questões raciais, especificamente aos da sua experiência como professora universitária,

evidenciando suas percepções sobre os ícones brasileiros e entrando no debate de quem realmente deveria estar dentro ou fora dessa seara. Essa situação gerou um conflito racial, conforme ela narra:

Em sala de aula, estava questionando os ícones brasileiros. A gente falando de cultura. Olha, você vê no Brasil, tem umas subversões, uma iconografia torta. Quem deveria ser os ícones do movimento abolicionista, da libertação dos escravos no Brasil, é um José do Patrocínio, André Rebouças, gente que construiu alguma coisa, não um escravocrata safado como era o Zumbi dos Palmares, [risos], porque ele tinha os escravos dele, ele queria a liberdade para ele, né? Isso obviamente pode ser questionado? Sim, mas não é questionável que ele tinha escravo. Ele era super tirânico com os escravos dele, e tudo mais! Estava falando de um contexto e aí uma menina negra, que fazia a disciplina e era do movimento negro, se levantou e saiu de sala. E depois, em outra aula, eles tentaram me emboscar e vieram tentar impor a mim que eu dissesse que eu sou racista. O que eu fiz? Pediram permissão para entrar, eu falei: pode entrar! Aí eles começaram a me atizar, mas falei: não, olha, o racismo é crime, então, a gente vai ter que conversar bem sério sobre isso. Ela ficou chateada porque eu estava falando mal do *anjinho dela*, que era o Zumbi. Isso significaria que a pessoa é racista. Eu não estava falando mal dele, mas de uma escolha, que eu acredito que é errada, né? Eu falei: “não apenas não admito isso, como eu não aceito que vocês me acossem desse jeito na sala de aula. A pessoa que falou isso para vocês, viu um pedaço da aula, não viu a aula inteira. Eu vou denunciar vocês na ouvidoria, e aí eu denunciei, por essa acusação, injuriosa”. Ela voltou às aulas e ficava me olhando com cara de ódio, assim... [risos], sabe? Eu falava: “gente, alguém tem que ter maturidade aqui!” Depois desse ocorrido, avisei para eles que estava pensando seriamente em denunciá-los à polícia. (*Margaret Thatcher*, Branca, Ciências Humanas e Sociais).

No contexto de uma aula em que a docente estava apontando esses aspectos sobre a iconografia nacional, ela indica o incontestado de sua aluna negra e de membros do movimento negro da instituição sobre sua percepção de Zumbi como um escravocrata, cuja visão favoreceu uma perspectiva histórica distorcida sobre um personagem importante para os movimentos negros brasileiros e para o próprio país. Assim, há o confronto entre os manifestantes e a professora no sentido de que ela se assumisse racista diante da visão dela acerca do Zumbi. Diante dessa querela, Margaret denuncia os contestadores à ouvidoria e ameaça “denunciá-los à polícia”.

É interessante notar quando Margaret afirma que “não estava falando mal dele [do Zumbi]”, pois “estava falando de uma escolha, que é errada.” Isso acontece, embora utilize, na entrevista, o termo “safado” para qualificá-lo. Mais do que um recurso retórico para se defender, essa afirmação expressa uma tomada de posição específica da branquitude: ver a si mesmo como detentor, *a priori*, do ponto de vista objetivo, ao tempo em que vê o negro (sobretudo aquele que se manifesta sobre questões raciais) como possuído pelas paixões, pela raiva ou pelo ressentimento, e, portanto, ilegítimo, quando o que está em questão é a verdade objetiva dos fatos. Não passou pela cabeça de Margaret que aquele episódio pudesse ensejar alguma revisão de sua visão (claramente estereotipada) de Zumbi dos Palmares. Além de expressar-se pelo apego àquela visão sobre Zumbi (tecnicamente equivocada, se por nada mais, pelo anacronismo e descontextualização histórica), a branquitude expressava-se ali também pela negação de uma posição epistemologicamente válida ao/à negro/a, sobretudo ao/à negro/a como sujeito/a que fala sobre opressão racial.

Assim, a partir dos fatos narrados por Margaret, percebe-se a ausência de uma visão crítica por parte dela sobre algumas questões raciais, mormente de Zumbi dos Palmares, um herói nacional construído pelos movimentos negros brasileiros, constante e historicamente perseguidos por argumentos racistas estratégicos das elites para desestabilizar um herói negro, símbolo contumaz antirracista<sup>9</sup>. A ausência de criticidade diante do seu racismo sobre a verdadeira história de Zumbi podemos entender pelo que se nomeia “branquitude acrítica”, caracterizada quando a identidade branca individual ou coletiva argumenta a favor da superioridade racial, defende o privilégio branco, vive o signo da tradição, não suporta o outro, não questiona seus privilégios raciais, se vale de sinceridade sobre sua percepção sobre o negro etc. (CARDOSO, 2020).

A branquitude acrítica de Margaret a faz desaperceber o seu racismo, principalmente quando utiliza de seu poder como branca e professora universitária, já que “denunciei a ouvidoria e pensando denunciá-los à polícia.” Isso ocorre para estabilizar as relações de confronto com a aluna negra e membros dos movimentos negros, arrolando a justificativa do racismo ou qualquer manifestação de constrangimento e injúria contra si com relação às pessoas negras, já que “o racismo é crime”. E a percepção de “ameaça” advinda do questionamento pela qual foi confrontada junta-se ao seu medo branco (a aluna ficava olhando com cara de ódio) de perda do poder da palavra diante de uma possível “imposição”, “revolta” ou “emboscada” dos/as manifestantes negros/as por seu comentário sobre Zumbi dos Palmares, o “anjinho deles”.

Esse comportamento de Margaret vai ao encontro do que Bento (2002) denomina *falsa projeção*. Ela se constitui num mecanismo que o sujeito procura livrar-se dos impulsos que ele não admite como seus, depositando-os no outro. Assim, “aquilo que lhe é familiar passa a ser visto como algo hostil e é projetado para fora de si, ou seja, na ‘vítima em potencial’.” (*ibid*, p. 38). Aqui, há a representação do outro como arauto do mal que serve de pretexto para ações racistas e punitivas em diferentes partes do mundo, de maneira que a agressividade pode ser dirigida contra esse inimigo comum (a outra raça), sentida como ameaça, mesmo que na maioria dos lugares ela não tivesse nenhum poder. Portanto, os sujeitos perdem a capacidade de discernir entre o que é deles e o que é alheio, e então tudo vira falsa-projeção, exterioridade, por meio de uma relação de poder. Além disso, isso é “um tipo de paranóia que caracteriza freqüentemente quem está no poder e tem medo de perder seus privilégios. Assim, projeta seu medo e se transforma em caçador de cabeças.” (BENTO, 2002, p. 38).

A preferência política de Margaret por José do Patrocínio e André Rebouças, dois personagens negros que “construíram alguma coisa” para o país em detrimento de Zumbi, em que pese toda a relevância deles à contribuição<sup>10</sup> e à memória afro-brasileira, pode decorrer de que ambos gostavam de agradar as elites brancas ou tinham relações de interesses e de amizades com a realeza branca escravocrata e latifundiária. Enfim, eram mais tolerados ou não eram vistos como ameaças, como Zumbi, ao sistema escravista e racializado brasileiro. No contexto da abolição da escravatura, Patrocínio, por exemplo, apontava que ela deveria ser “uma revolução de cima para

<sup>9</sup> Sobre a importância de Zumbi no Brasil e na luta antirracista, indicamos Gomes (2005).

<sup>10</sup> José do Patrocínio, considerado o “Tigre da Abolição”, teve participação destacada na imprensa carioca e nas reuniões abolicionistas do final do século XIX. Ao lado de Joaquim Nabuco, fundou a Sociedade Brasileira contra a Escravidão. André Rebouças, engenheiro e advogado, um dos maiores especialistas em Direito Civil no Brasil monárquico. Engajou-se no movimento abolicionista ao lado de Joaquim Nabuco e Patrocínio. Ajudou a criar a Sociedade Brasileira contra a Escravidão e a Confederação Abolicionista. Foi ativo na publicação de diversos artigos em jornais contra a escravidão, um conciliador de classes (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006).

baixo. O povo não teria força por si só para realizar a abolição da escravidão.” (PATROCÍNIO, citado em MARINGONI, 2011, não paginado). Quanto a André Rebouças, durante os anos abolicionistas, a sua proposta de reforma agrária se daria de maneira que grandes proprietários venderiam ou alugariam lotes de terras a libertos, imigrantes e lavradores. Ou seja, seria uma modalidade de reforma que prescindia da democratização fundiária, restringindo-se às regras do mercado então vigentes, beneficiando latifundiários e ex-escravistas (CONRAD, citado em MARINGONI, 2011).

Já Oscar, branco, formado na área de Arquitetura, aborda, em sua narrativa de vida, aspectos ligados ao entendimento das características complexas do racismo brasileiro que interferem na explicação e nas vivências de negros/as e brancos/as nas relações raciais.

Eu tenho a percepção de que existe o racismo, embora não seja explícito, como é às vezes em outros países, em outras raças, né? No Brasil, acho que não tem um racismo que as pessoas declarem, como você vê, por exemplo, nos E.U.A. Lá, o cara sai com a camiseta que ele odeia negro e sai para bater em negro. Mas, aqui, você vê em abordagem policial, se o cara for negro ele é parado, se não for, ele vai embora, né? Esse é um racismo não explícito, porque em tese todo mundo é igual, mas quando passa na frente de alguma autoridade, você tem uma desigualdade que ressalta. É cultural essa coisa da forma como foi feita, como o português lidou com a escravidão por mais tempo do que qualquer outro país, né? E lidou de uma forma em que ele se misturava, não separava, como outros países em que a mistura era uma coisa execrada e tal. A mistura aqui foi tolerada, inclusive vai gerando aí essa percepção de que tem uma certa igualdade, que as pessoas se relacionam. Quando você tem algum assunto que vai beneficiar um, isso aparece, né? O negro e o português às vezes se amasiavam, né? Na minha área, que é Arquitetura, o caso mais exemplar que a gente tem é o do Aleijadinho, negro, que era filho de um português, artesão, mestre, né, que ensinou o ofício para ele, que vai se tornar um dos maiores artistas brasileiros. Então, a história da Chica da Silva, que tinha também lá um contratador. Isso é muito peculiar do português. A colonização foi uma interação de autoridade, né, de cima para baixo, de propriedade, mas ao mesmo tempo de relações afetivas que se criaram ali com todas as barbaridades que aconteceram, e isso permitia ver que às vezes você teve filhos de negros que prosperavam. Machado de Assis e Luiz Gama, né, uns, que agora estão sendo reconhecidos como intelectuais negros. O tempo todo se esbranquiçaram, essas figuras que são negras. Mas são figuras que, dentro dessa dificuldade, desse preconceito todo, foram alcançando postos, estudando e crescendo, foram se destacando, né? (*Oscar Niemeyer*, Branco, Arquitetura e Urbanismo).

A partir disso, torna-se necessário o discernimento das características dos tipos de preconceitos mais evidenciados no Brasil e nos Estados Unidos, apontados por Oscar. Oracy Nogueira (2006) faz esse discernimento entre o preconceito racial de marca e o preconceito racial de origem, considerando que o primeiro seria mais factível no Brasil, o segundo mais nos Estados Unidos. O preconceito de marca se exerce em relação à aparência baseada nos traços físicos do indivíduo, na fisionomia, nos gestos e no sotaque, constituindo-se pretexto para as suas manifestações. Já o preconceito de origem se manifesta na suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico, de maneira que sofra as consequências desse tipo de preconceito. Assim, a compreensão da miscigenação como marca de nossas relações a ponto de negar a existência do racismo ou crer num racismo mais ameno isenta a efetivação do preconceito racial de marca com uma máxima brasileira, principalmente nas relações de poder, como é o caso do processo de

mobilidade social vertical ascendente evidenciado, por exemplo, nas trajetórias de Mary, Sharon e Thelma, conforme seus relatos.

Ao trazer o aporte culturalista freyreano, Oscar explica essa diferença de características e tipos de racismo entre os dois países. Para ele, essas diferenças se dão numa ordem cultural a partir do tipo de relação que o colonizador português estabeleceu com os/as colonizados/as, negro/as e indígenas. No Brasil, com um sistema escravista português baseado na plasticidade, na miscibilidade, no paternalismo e no sadismo (FREYRE, 2003), Oscar aponta para a existência da miscigenação entre as três raças, diferentemente da inexistência desse processo no país norteamericano, onde as relações inter-raciais seriam mais verticais e hierarquizadas. Assim, considerando o sistema plástico, violento das relações afetivas e sexuais entre senhores e escravizadas, Oscar fala da existência de amasiamento na Colônia. Disso, surgirão personagens negros intelectuais que historicamente foram, por si ou por outrem, embranquecidos, como Machado de Assis e Luiz Gama.

Sobre Luiz Gama, jornalista, advogado e abolicionista negro, o qual Oscar faz referência, considerando-o como um dos personagens que o “tempo todo se esbranquiçaram”, nesse caso, há imputação de um embranquecimento. Há que se fazer uma ponderação quanto a essa questão, ou seja, há que se registrar que Luiz Gama sempre se viu como negro e foi considerado negro, ou seja, além de ter havido por ele uma autoidentificação como negro, houve uma heteroidentificação racial que sempre foi imputada a ele. E em seus espaços de atuação, principalmente nos jornais do século XIX, Gama sempre lutou em prol de uma identidade negra desvinculada de determinismos raciais. Para Gomes (2008), Luiz Gama contribuiu para subverter o imaginário produzido pelas teorias raciais do século XIX, constituído por um profundo processo de “coisificação”, precarização e inferiorização que limitava o ser humano negro a apenas “peça, coisa”. Dessa forma, ele “protagoniza uma forma de representação original do sujeito negro veiculada pela imprensa da época e com a qual pretende intervir na cultura.” (GOMES, 2008, p. 5).

Considera-se que o processo histórico de branqueamento de personagens negros e negras se localiza, principalmente no final do século XIX, como política de estado brasileiro, cujo objetivo central era a constituição da nacionalidade em prol do progresso e da civilização, livrando-se da considerada gangrena nacional, as populações negras e indígenas. As teorias raciais em voga nesse período, baseadas em determinismos biológicos e culturais, arrolavam características racializadas extremamente inferiorizantes, estigmatizantes e depreciativas para a raça negra, alegando que ela seria inculta, bárbara, incivilizada, atrasada, constituindo num verdadeiro estorvo para a entrada do Brasil no rol de nações desenvolvidas e civilizadas. A solução para tal “problema” seria a vinda financiada pelo Estado de imigrantes europeus para trazer para o país sangue vivaz, energético e a marca branca. Daí, “pegava mal” divulgar para o mundo, por exemplo, personagens extraordinários, como Machado de Assis e Luiz Gama, como negros, que, muitas vezes, eram embranquecidos institucionalmente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto à visão estereotipada e racializada sobre Zumbi torna-se preponderantemente pedagógico e político o ensino da educação antirracista por meio da Lei n.º 10.639/2003 nas instituições escolares, haja vista ter um grande papel a cumprir: no combate ou na

contradisseminação de visões e ações estereotipadas sobre a população negra em geral; e sobre os macroprocessos históricos sociais envolvendo a população negra, como a escravidão, o racismo institucional e os movimentos de resistência a ela e sobre personagens importantes na histórica política nacional.

Sharon mostra-se, também, um bom exemplo do papel da educação antirracista como elementos de composição de estratégias. Ao mesmo tempo, ficam cristalinos os limites dessa educação quando ela se circunscreve no ambiente da família. Mais uma vez, chama-se a atenção para a importância da escola no processo de formação antirracista ampla na perspectiva crítica sobre a história e cultura afro-brasileira e africana.

Então, o combate ao racismo, principalmente no sistema de ensino brasileiro com a educação antirracista, a partir da implementação de fato da Lei n.º 10.639/2003, da continuação de implementações das ações afirmativas para a população negra na universidade ou no mercado de trabalho, da participação ativa da população branca em seus reconhecimentos como pessoas privilegiadas na luta antirracista, são possibilidades a curto e médio prazo de ações coletivas e institucionais, na contramão da estruturação do racismo no Brasil em todas as instâncias sociais.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra; FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

AMAR, Paul. Táticas e termos da luta contra o racismo institucional nos setores de polícia e de segurança. *In*: RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Leonarda. **Elemento suspeito**: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 229-281

ANDREWS, George. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. São Paulo: Edusc, 1998.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. *In*: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Unesp, 2011. p. 185-227.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guide de l'enquête de terrain**. 4e édition ed. Paris: La Découverte, 2010.

BENTO, Maria. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria (org.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25-57.

BERTAUX, Daniel. **Narrativas de vida**: a pesquisa e seus métodos. São Paulo: Paulus; Natal: EDUFRN, 2010.

BLUMER, Herbert. Preconceito de raça como sentido de posição de grupo. **Plural, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v. 20.1, p. 145-154, 2013.

CARDOSO, Lourenço. **O branco ante a rebeldia do desejo**: um estudo sobre o pesquisador branco que possui o negro como objeto científico tradicional. 1. ed., v. 2. Curitiba: Appris, 2020.

FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquidade não-marcada. *In*: WARE, Vron (org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 307-337.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

GOMES, Cinthia. O que era preto se tornou vermelho: representação, identidade e autoria negra na imprensa do século XIX por Luiz Gama. **Anais Copene-Uberlândia**, ABPN, 2008.

GOMES, Flávio. **Palmares: escravidão e liberdade no Atlântico Sul**. São Paulo: Contexto, 2005.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: SILVA, Luiz (org.). **Movimentos sociais, urbanos, memórias étnicas e outros estudos**. Brasília: Anpocs (Ciência Sociais Hoje, 2), 1983. p. 223-244.

HALL, Stuart; SOVIK, Liv (org.). **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

MARINGONI, Gilberto. História: o destino dos negros após a Abolição. **Revista IPEA**, ano 8, Edição 70, 2011.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. **Tempo Social, Revista de sociologia da USP**, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2006.

NUTTALL, Sarah. Subjetividades da branquidade. *In*: WARE, Vron (org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 183-217.

PETTIGREW, Thomas; MEERTENS, Roel. O racismo velado: dimensões e medidas. *In*: WIEVIORKA, Michel (org.). **Racismo e modernidade**. Portugal: Bertrand, 1995. p. 111-128.

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para a branquitude. *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria. (org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 59-90.

RAMOS, Alberto. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

YIN, Robert. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

Recebido em: 09/11/2022

Aceito em: 28/11/2022